

O “escritor público”: imprensa e constituição do Estado no Brasil imperial

Álvaro Antonio Klafke*

Ana Inés Arce*

Resumo

O texto objetiva refletir acerca do período de formação do Estado imperial brasileiro, com ênfase na observação dos debates públicos travados após a Abdicação de Pedro I. Os redatores dos periódicos exerceram papel relevante na publicização e proposição das alternativas políticas de então e na formação de uma incipiente opinião pública. Pelo acompanhamento da trajetória de um destes agentes, José Marcellino da Rocha Cabral, jornalista e advogado português muito atuante na vida política e social brasileira do período, buscamos perscrutar temas que dizem respeito à constituição do Estado e da nação que se projetava.

Palavras-chave: Estado imperial – opinião pública – imprensa.

Introdução

A relevância do papel da imprensa periódica nos anos de formação do Estado imperial brasileiro tem sido constantemente destacada. José Murilo de Carvalho, em obra recente, resume corretamente a função de tribuna política que a atividade jornalística assumiu em determinado período: “A escassez de espaços [de debate] fazia com que a imprensa assumisse papel primordial, aumentado com a redução da censura a partir da inauguração da Regência”. Em contraste com uma representação parlamentar intermitente e longínqua, para vastas áreas do Brasil, a imprensa “funcionava todos os dias do ano, atingia um público muito mais amplo do que a tribuna e mesmo os clubes, alcançava outras regiões do país”.¹ Esta constatação geral, válida para o conjunto do Império, norteia os estudos que buscam uma observação mais próxima e particular dos órgãos de comunicação e dos agentes empenhados no labor de informação e – especialmente – formação de um público. Nessa direção, este texto tem por objetivo analisar o papel desempenhado por um redator bastante atuante na imprensa periódica do Brasil pós-Abdicação. Trata-se de José Marcellino da Rocha Cabral, cuja trajetória no universo cultural e político de então será aqui resumida. Através da carreira deste agente, tomado como representativo de um grupo social influente – os redatores das folhas –,

* Doutorando do PPG/História UFRGS (Bolsista CNPq)

* Especialista em História Contemporânea (FAPA), professora de História da SMED, Porto Alegre.

¹ CARVALHO, José Murilo de. As conferências radicais do Rio de Janeiro: novo espaço de debate. In: CARVALHO, José Murilo de (org.). *Nação e cidadania no Império: novos horizontes*. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 2007, p. 19.

2

procuramos refletir acerca da função política e intelectual exercida por estes sujeitos históricos em um momento crucial da formação da nação.

José Marcellino da Rocha Cabral

Cabral,² “doutor em leis por Coimbra”, havia saído de Portugal em virtude da sua identificação com os “constitucionalistas” no embate contra os “miguelistas”, por ocasião dos conflitos sucessórios de Portugal, em 1831. Chegado ao Brasil, travou relações com os círculos portugueses no Rio de Janeiro, mas logo depois transferiu-se para o Rio Grande do Sul, onde, além de elaborar os estatutos da Sociedade Promotora da Indústria Rio-grandense e assumir o cargo de redator do jornal da entidade – *O Propagador da Indústria Rio-grandense* – participou ativamente da vida política e social da província. Renunciou à redação do *Propagador* (e com isso o jornal deixou de circular, em 1834) para assumir a tarefa de realizar uma estatística provincial completa, a convite do presidente Antonio Rodrigues Fernandes Braga, que não foi concluída. Abandonou o Rio Grande quando da eclosão da Revolução Farroupilha, devido aos seus vínculos com a facção legalista. De volta ao Rio de Janeiro, foi sócio, diretor e redator de outro periódico, o *Despertador*, membro fundador do Instituto Histórico e Geográfico Brasileiro e da primeira comissão de redação da revista do IHGB. Resultado de sua iniciativa, ou pelo menos sob a sua liderança, foi a fundação de duas entidades importantes para a comunidade portuguesa da época: a Sociedade Portuguesa de Beneficência e o Real Gabinete Português de Leitura.

A profícua e intensa atividade desse “homem de letras” é percebida desde a sua estada na província até os tempos passados na Corte. Suas inúmeras empreitadas, contudo, não lhe

² Sobre Rocha Cabral, as informações provêm de várias fontes. Citamos as principais: BARRETO, Abeillard. *Bibliografia sul-riograndense: a contribuição portuguesa e estrangeira para o conhecimento e a integração do Rio Grande do Sul*. Rio de Janeiro: Conselho Federal de Cultura, 1973-76. BITTENCOURT, Feijó. *Instituto Histórico: os fundadores*. Rio de Janeiro: Imprensa Nacional, 1938. MARTINS, A. A. de Barros. *Esboço histórico do Real Gabinete Português de Leitura no Rio de Janeiro – 1837 a 1912*. Rio de Janeiro: Tip. do Jornal do Comércio, 1912. TABORDA, Humberto. *História do Real Gabinete Português de Leitura do Rio de Janeiro (primeiro centenário) 1837-1937*. Rio de Janeiro: s/e, 1940. Destacam-se também os escritos do próprio: CABRAL, José Marcellino da Rocha. *Collecção de alguns artigos escriptos e publicados no Brasil, pelo portuguez José Marcellino da Rocha Cabral, bacharel formado em Leis pela universidade de Coimbra, e actualmente encarregado do consulado geral de Portugal no Rio de Janeiro, seguida de alguns documentos e precedida e seguida de observações em refutação às calumnias e convícios contra elle publicados*. Rio de Janeiro: Typographia da Ass. do Despertador, dirigida por F.S. Torres Homem. Rua da Quitanda, n. 55, 1839 (publicado). Datado (redação) de 21/set/1838. Ainda do redator há um artigo: Considerações sobre o actual estado político do Brasil, offerecidas, em testemunho de gratidão e affecto, ao povo brasileiro, por José Marcellino da Rocha Cabral. Datado: Mariana, 17 de outubro de 1844. In: *Papeles varios sobre el Rio de la Plata*. (Biblioteca Nacional, Setor de Livros Raros, 51,1,27, n.11A)

3

renderam fortuna. O *Despertador* faliu em 1841, Cabral perdeu tudo e foi para Diamantina, em Minas, onde advogou até 1849. De volta ao Rio de Janeiro, morreu pobre em uma pequena casa no bairro do Jardim Botânico, em 1850.

Pelo seu contínuo trabalho na redação de periódicos, tanto na província quanto mais tarde, na Corte, e pela vinculação com as várias associações das quais fez parte, nosso personagem parece ser um típico representante daquele grupo de pessoas que, no dizer de Marco Morel, “uniam ao poder da palavra impressa a presença em formas de sociabilidade institucionalizadas”.³ Da atividade desses homens originava-se um espaço público novo, moderno, mas que ainda mesclava elementos do que o autor chama de “República das Letras”, vinculada ao iluminismo setecentista, com as idéias críticas dos novos “cidadãos-escritores”, mais ligados ao liberalismo das primeiras décadas do século XIX.⁴ Esse hibridismo cultural era característico dos escritos do redator.⁵

Em paralelo ao ambiente cultural híbrido, surge outro elemento que confere complexidade à análise da posição de José Marcellino da Rocha Cabral como redator desses jornais empenhados na construção do Estado e da própria nação: o fato de ser português de nascimento e de formação. Isoladamente, este dado não teria uma importância maior, mesmo porque outros redatores também não eram brasileiros, mas o fato é que Cabral permaneceu, durante toda a parte de sua vida no Brasil, estreitamente ligado aos círculos portugueses. Não quer isto significar nenhuma vinculação com grupos restauracionistas, porque sua trajetória não permite esta ilação. O que importa destacar é uma certa “profissionalização” da atividade de “escritor público”, como ele mesmo se definia, na medida em que, pelo menos nesse caso, a defesa dos interesses do Império brasileiro em construção não implicava negação da identidade portuguesa, o que jamais foi feito por Cabral. Em reforço dessa percepção, além do que já foi mostrado pela fundação das entidades vinculadas aos portugueses no Brasil,

³ MOREL, Marco. *As transformações dos espaços públicos: imprensa, atores políticos e sociabilidades na Cidade Imperial, 1820-1840*. São Paulo: Hucitec, 2005, p. 171.

⁴ *Ibid.*, pp.167-171.

⁵ A expressão “hibridismo cultural” é por si redundante, na medida em que toda manifestação de cultura é resultado de uma composição de elementos. Não se está pressupondo aqui a existência de alguma cultura “pura”, mas apenas chamando a atenção para uma combinação de idéias por vezes bastante díspares ou contraditórias. Estudando a formação da Argentina, Chiaramonte chama a atenção para esta “conciliación de rasgos aparentemente antitéticos que desafía los intentos de clasificación con las categorías usuales de periodificación de la historia cultural.” CHIARAMONTE, José Carlos. *Ciudades, provincias, Estados: Orígenes de la nación Argentina (1800-1846)*. Buenos Aires: Espasa Calpe, 1997, p. 23.

4

ressalte-se também a sua atuação como Cônsul de Portugal junto à Corte Brasileira, atividade que exercia em 1838.

A posição política expressada por Cabral mostrava-se inequívoca. Alinhava-se com os moderados, conforme vários de seus textos, combatendo os dois extremos do espectro político de então, exaltados e restauradores, os primeiros pela ameaça da “anarquia”, os segundos pelo retrocesso que representaria uma volta à “tirania” e ao “despotismo”. A aproximação de José Marcellino com os moderados brasileiros não era meramente circunstancial, parecendo ter raízes que remontavam ao seu período de formação e vida política em Portugal. Depreende-se isso das passagens em que ele dizia ter sido forçado a abandonar a terra natal em função de divergências políticas com os desmandos de um governo “tirânico”. Recorrendo novamente a Marco Morel, pode-se incluir o redator, pelos seus escritos posteriores e pelo período em que viveu na Europa, no grupo dos intelectuais formados no contexto do “liberalismo Moderado português, vitorioso desde 1823 com a retomada de poderes por D. João VI num quadro constitucional (e sobretudo com a Constituição de 1826 outorgada por D. Pedro)”, que se caracterizava pelo “predomínio da soberania monárquica que coabitava com a representação das Câmaras”. Morel diz que “esta tendência liberal desempenhou papel hegemônico na modernização conservadora da política em Portugal, contrapondo-se aos legitimistas partidários do absolutismo”.⁶ Estes últimos, aliás, voltando ao poder com D. Miguel, foram os responsáveis, segundo o próprio Cabral, por sua saída da pátria, em 1831.

A identidade de opiniões entre o escritor e setores prestigiosos das elites nacionais é manifesta. É importante lembrar, por exemplo, que José Marcellino da Rocha Cabral, juntamente com mais vinte e seis “cidadãos de reconhecido saber e elevada posição social”, foi um dos fundadores, em 1838, do Instituto Histórico e Geográfico Brasileiro.⁷ A presença do ex-redator do *Propagador* e, neste momento, diretor do *Despertador* na formação da instituição não é somente sinal de prestígio ou de busca de inserção social. Demonstra também a efetiva participação na construção da nação, especialmente pela elaboração de um projeto de história nacional, uma das tarefas precípuas às quais o Instituto se propôs,

⁶ MOREL, M. *As transformações...* Op. cit., p. 118.

⁷ FLEIUSS, Max. *História administrativa do Brasil*. 2ª Ed. São Paulo: Melhoramentos, 1925, p. 176.

5
conforme mostra Manoel Salgado Guimarães.⁸ A intenção de influir nos destinos do país que o “acolheu”, como sempre era repetido, levou o jornalista e advogado português a arroubos que beiravam o exagero. Em 1844, residindo em Mariana, Minas Gerais, ele publicou um texto, *Considerações sobre o actual estado político do Brasil, offerecidas, em testemunho de gratidão e affecto, ao povo brasileiro, por José Marcellino da Rocha Cabral*, que era na verdade o anúncio de uma obra monumental – “a extensão excederá provavelmente a 600 páginas” – composta por uma profunda análise política, projeto de constituição e revisão da história do Brasil.⁹ Esse projeto de Cabral, pela amplitude, era próprio de um momento em que os contemporâneos viam-se como construtores de um Estado e de uma nação, onde tudo estava “por fazer”, inclusive escrever ou corrigir o relato dos fatos históricos, que, de acordo com a visão das elites, estavam circunscritos ao espaço da política.

A prodigalidade na divulgação de imagens que refletiam o fundamento do seu discurso – a unidade monárquica com o mínimo de dissensão – vinculava-se a aspectos que perpassavam toda a retórica de Cabral e que o aproximava das elites do centro do Império: a busca permanente da conexão do destino das províncias ao da nação em constituição, e a intenção manifesta de influir no processo de construção do Estado. Esses dois elementos estão imbricados, e sua abordagem merece uma reflexão mais geral sobre o papel desempenhado por instâncias de debate público nesse processo amplo.

Opinião pública

Para Jürgen Habermas, a constituição de uma esfera pública resulta de um processo gradual, que se confunde com o que convencionalmente é designado como formação do mundo moderno, cuja culminância é determinada pela consolidação dos Estados nacionais de base territorial, vale dizer, pela derrocada das reminiscências feudais. Tal processo, vinculado à ascensão do capitalismo, está marcado fundamentalmente por um afastamento entre sociedade e Estado, na medida em que aquela – ou uma camada que “fala” em seu nome –

⁸ GUIMARÃES, Manoel L. Salgado. Nação e Civilização nos Trópicos: o Instituto Histórico e Geográfico Brasileiro e o Projeto de uma História Nacional. In: *Estudos Históricos: caminhos da historiografia*. Rio de Janeiro, nº 1, 1988.

⁹ O livro abordaria desde a análise da legislação orgânica, em todos os seus aspectos, e também “a indicação das emendas e complementos de que essas leis carecem”, até considerações sobre a política externa, “arbítrios para criação de recursos financeiros, o código de comércio, providências para a confecção do código civil e do processo respectivo, a instrução pública, a colonização e importação de Africanos”. A obra ainda conteria a descrição de “alguns fatos inéditos, ou inexatamente publicados, que devem ser consignados com verdade na história das Administrações do Império”. CABRAL, J. M. R. *Considerações...* Op. cit., p. 3-4.

6

passa a se ver como agente que muitas vezes se contrapõe à autoridade deste. Isso se torna mais visível e generalizado ao final do século XVIII e início do XIX. A crítica, de todo tipo – social, cultural, econômica – se apresenta como “opinião pública”, ou seja, não é mais exercida em caráter privado, e a imprensa é o fórum privilegiado onde o próprio poder público pode ser interpelado.¹⁰ Evidentemente que existem diferenças importantes entre a chamada sociedade burguesa européia de Habermas e o mundo imperial brasileiro do Oitocentos. Estas distinções estão localizadas no sistema político e na hierarquização social e econômica, na permanência da escravidão, na heterogeneidade, quantidade e concentração de população. Contudo, é possível realizar algumas aproximações proveitosas, pois é perceptível que, com nuances e peculiaridades, também na sociedade brasileira manifestam-se as opiniões, as críticas, os projetos que cercam a constituição do Estado em fase de estruturação. Além disso, nesse processo as elites locais referenciavam largamente os modelos europeus, no seu labor de estruturação coerente e publicização das idéias próprias de sociedade.

Sob esse prisma, a leitura dos jornais do período nos faculta observar a formação de uma incipiente esfera pública, seja por menções dos próprios textos dos redatores, pelas correspondências ou pela forma como se travavam as contendas, que doravante seriam avaliadas, dirimidas e julgadas por um novo tribunal: a opinião pública. Contudo, mais do que submissão a um julgamento, percebe-se em ação um mecanismo que, através do debate, busca diluir opiniões particulares, convertendo-as verdades consensuais. Segundo François Xavier-Guerra, ao analisar a imprensa mexicana do início do século XIX, na constituição da esfera pública atua um grupo de elite com funções bem definidas:

A este cuerpo pertenece la función reguladora suprema del régimen representativo y su acción se despliega en una doble dirección: hacia el gobierno e hacia la masa de la población. Al gobierno proporcionan ‘nuevas luces, nuevas ideas, nuevas combinaciones en la complicada ciencia de la administración’. Al resto de la población le dan sus luces: la educan: ‘forman la opinión pública, inspiran en todos los ánimos el amor a la justicia, promulgan los principios liberales dictados por la razón universal del género humano y preparan los caminos a las reformas necesarias y al establecimiento de las buenas leyes.’¹¹

¹⁰ HABERMAS, Jürgen. *Mudança estrutural da esfera pública: investigações quanto a uma categoria da sociedade burguesa*. Rio de Janeiro: Tempo Brasileiro, 1984, p. 38-41.

¹¹ GUERRA, François-Xavier. *Modernidad e independencias. Ensayos sobre las revoluciones hispánicas*. 3. Ed. México: FCE/MAPFRE, 2001, p. 272.

7

Seguindo esta idéia de educar, vê-se que a intenção magisterial dos textos dos periódicos deste período é saliente, e José Marcellino da Rocha Cabral também não se furtava de assumir o seu papel de formador da opinião pública. Um exemplo, a seguir, de certa forma simboliza e corrobora a argumentação de Guerra. Trata-se de um trecho do artigo intitulado “A guerra e a profissão das armas”, publicado em um dos números finais do *Propagador da Indústria Rio-grandense*. A sua menção é relevante pela utilização do recurso de dirigir-se diretamente ao governo, o que propicia várias interpretações. O redator, de forma enérgica, argumentava:

[...] persista o Governo brasileiro nos princípios adotados; use sem exceção da franqueza e da boa-fé nas relações da política externa, cumpra com vigor e exatidão, como até agora, as obrigações contraídas, mantendo, aumentando, e assegurando o crédito Nacional; sustente com energia a ordem pública, e a autoridade das Leis; siga sem desvio o norte, que tem tomado, da opinião geral, do movimento da civilização, e dos bem entendidos princípios sociais; corte sem hesitar, e com mão firme, a ambição, e as pretensões das classes, que quiserem restituir, ou assumir, exclusiva dominação, e prejuízos danosos à ordem social; assegure a liberdade regrada, a moral, e os bons costumes, pela ilustração do Povo, nas teorias dos direitos e dos deveres, e sobretudo pela responsabilidade dos agentes da autoridade pública, e pela extirpação da impunidade dos crimes; poupe a sua escassa população para o desenvolvimento dos imensos elementos da prosperidade geral; anime as ciências, e com especialidade as que têm mais direta aplicação à criação e conservação das riquezas, e aos melhoramentos sociais; e desta sorte não carecerá, nem de exércitos permanentes, nem dos violentos sacrifícios da substância pública, para manter a Nacionalidade, a Independência, e as Instituições juradas, e para conduzir a Nação ao eminente lugar, que os destinos lhe reservam entre as Nações da Terra.¹²

Esse discurso imperativo pode ser revelador de um posicionamento frente a outros grupos de elite, principalmente no contexto dos movimentos que antecederam a Revolução Farroupilha. Também pode ser visto como reiteração da estratégia de diferenciação em relação às classes inferiores, ou simplesmente demonstrar uma pretensão de ser realmente “ouvido” pelo governo. Mas é inegável que aqui se percebe o discurso de uma parcela da elite local que toma posição inequívoca ao lado do governo imperial e, mais do que isso, coloca-se como interlocutora, vendo-se como participante ativa do processo em curso.

O uso de expressões que tentam confundir opiniões particulares em “opinião geral, do movimento da civilização” é demonstrativo da intenção formadora de um pensamento

¹² *O Propagador...*nº 98, 8 de fevereiro de 1834.

8

orientado, comum e “público”. Uma estratégia retórica de cunho eminentemente político, através da qual o próprio governo pode ser instado a determinadas ações.

Imprensa e política

Comparemos os termos utilizados nesse último trecho citado com o que diz Ilmar Mattos, referindo-se à retórica do período do auge da dominação Saquarema, em torno do ano de 1850:

Nas falas dos que se mostravam orgulhosos de uma posição, cada vez mais ocupavam lugar de destaque termos como *Civilização*, *Utilidade*, *Luzes*, *Associação*, *Razão* e *Progresso*, como se eles tivessem ganho importância em função primordialmente da trajetória que percorriam e que, sem dúvida, também traçavam, e não tivessem sido tomados de empréstimo às “nações industriais da Europa”, que trilhavam um caminho diverso.¹³

Não só as palavras se parecem, o que elas expressam também, ou seja, um discurso de dominação que associa uma parcela da elite local à elite imperial que construiu o Estado e se construiu como classe hegemônica em um processo que extrapolava o âmbito da Corte.

É interessante notar que a discussão política travada nas folhas de então assumia, já neste período, características que permaneceriam em décadas posteriores. Angel Rama identifica, no final do século XIX e início do XX, dois modelos literário-políticos com presença marcante na imprensa: o primeiro, “que foi o mais antigo, teria mais ampla descendência e abarcaria maior número [de escritores], e já era possível defini-lo então, em termos modernos, como *propagandístico* (ou *agitprop*, ou *partijnost*) em qualquer de seus ramos simétricos: defesa do regime ou agressão a seus inimigos.” O segundo, “correspondeu ao campo mais prestigioso da *filosofia política*, que pareceu ocupar o decadente da teologia e da metafísica, e que em geral esteve vinculado com acuciosas pesquisas históricas ou com a tentativa de desenhar teorias do Estado aplicadas à circunstância latino-americana.”¹⁴

Esses dois modelos de pensamento e atuação política já estavam bastante presentes na imprensa do início do XIX. A trajetória intelectual de Cabral nos fornece exemplos. No dia 11 de setembro de 1833, carregando ainda mais no costumeiro tom grandiloquente, o *Propagador da Indústria Rio-grandense* apresentava um texto festejando o dia da Independência. Como em inúmeras passagens, inicialmente era feita uma longa digressão teórica, neste caso abordando o significado da independência para o desenvolvimento pleno

¹³ MATTOS, Ilmar Rohloff de. *O Tempo Saquarema*. 5ª Ed. São Paulo: Hucitec, p. 25.

¹⁴ RAMA, Angel. *A cidade das letras*. São Paulo: Brasiliense, 1985, p. 113-114.

9

das potencialidades de um povo. O artigo terminava com um alerta ameaçador e depois uma conclamação:

Não acrediteis esses órgãos da anarquia, que com o fito do poder, de que sua incapacidade os repele, sacodem entre vós o archote da discórdia, e semeiam, de todas as maneiras, as desconfianças, os ódios, o espírito de vingança, o desprezo das Leis, e das Autoridades, e a mais escandalosa imoralidade. Prezai a vossa Independência como o princípio da vossa vida social; festejai o dia natalício da vossa Nacionalidade, como o maior dos dias, como o dia da vossa maior glória, em que se fixaram os destinos do vosso Império, e donde se há de contar uma grande época nos Anais Americanos.¹⁵

Afora a reiteração das ameaças dos perigos da “discórdia”, há que se destacar uma referência importante, comum no discurso dominante: o enquadramento dos acontecimentos em uma sucessão contínua e determinada. Existia uma realidade ideal, cuja seqüência não podia ser modificada. Como lemos acima, os destinos do Império já estavam fixados, a Nação “nasceu” no dia sete de setembro de 1822, direcionada a um futuro brilhante.

Se o redator frisava a inexorabilidade do processo, é porque ele devia ser visto como “natural”, absorvido em um *continuum* histórico. Daí a percepção das revoltas ou da simples contestação política como elementos que só vinham “atrasar” uma trajetória pré-fixada. Essa postura aponta para a valorização das permanências sobre as quais falamos anteriormente, mas apresentadas sob uma nova roupagem e direcionadas com vistas ao futuro.

A atividade jornalística, assim, de acordo com Elias Palti, pode ser entendida como instrumento de intervenção prática, inscrita em uma lógica estratégica da política de então, na qual o periodismo aparecerá

como un modo de *discutir* y, al mismo tiempo, de *hacer* política. Y esto infunde también una nueva conciencia respecto de la performatividad de la palabra en el sentido de su ‘creatividad’: la prensa periódica no sólo buscaba ‘representar’ a la opinión pública, sino que tenía la misión de constituirla como tal.¹⁶

A observação que o autor faz sobre a realidade mexicana de algumas décadas posteriores ao nosso caso também caracteriza a ação dos jornais brasileiros do período regencial. Há que se ponderar, apenas, que a auto-atribuída missão de constituir uma opinião pública não deve obliterar a consideração de que a imprensa transita em uma via de dupla

¹⁵ *O Propagador*...nº 61, 11 de setembro de 1833.

¹⁶ PALTÍ, Elias. Los diarios y el sistema político mexicano en tiempos de la República restaurada (1867-1876). In: ALONSO, P. Op. cit., p. 180.

10
mão, na qual em alguns momentos ela própria se vê confrontada pelo “público” – como, por exemplo, nas inúmeras cartas nas quais os leitores contestavam os redatores.

O aspecto performático e “criativo” da palavra, a ser considerado na análise deste tipo de texto, também é destacado por Paula Alonso, notadamente com relação aos textos onde os articulistas propõem teorizações de ordem política. A autora lembra mais uma vez que trata-se de periódicos destinados a *fazer* política mais do que refletir sobre ela, e nos adverte quanto ao risco de outorgar a seus escritores um nível de abstração exagerado e deformador da natureza mesma dos textos.¹⁷ O alerta é importante, e os escritos de Cabral, como de resto os de outros redatores do período, demonstram-no sobejamente: a teoria deveria ceder (ou servir) a um pragmatismo que, no caso em vista, atuava sempre em defesa da monarquia constitucional e moderada.

Fontes

O Despertador. Rio de Janeiro, 1838-1841.

O Propagador da Indústria Rio-grandense. Rio Grande, 1833-1834.

CABRAL, José Marcelino da Rocha. *Colleção de alguns artigos escriptos e publicados no Brasil, pelo portuguez José Marcellino da Rocha Cabral, bacharel formado em Leis pela universidade de Coimbra, e actualmente encarregado do consulado geral de Portugal no Rio de Janeiro, seguida de alguns documentos e precedida e seguida de observações em refutação as calumnias e convícios contra elle publicados*. Rio de Janeiro: Typographia da Ass. Do Despertador, dirigida por F. S. Torres Homem. Rua da Quitanda, n.55, 1839 (publicado). Datado (redação) de 21 de setembro de 1838.

_____ Considerações sobre o actual estado político do Brasil, offerecidas, em testemunho de gratidão e affecto, ao povo brasileiro, por José Marcellino da Rocha Cabral. Datado: Mariana, 17 de outubro de 1844. In: *Papeles varios sobre el Rio de la Plata*. (Biblioteca Nacional, Setor de Livros Raros, 51,1,27,nº 11A)

Referências Bibliográficas

¹⁷ ALONSO, Paula. *La Tribuna Nacional y Sud-América: tensiones ideológicas en la construcción de la “Argentina moderna” en la década de 1880*. In: ALONSO, P. Op. cit., p. 240.

ALONSO, Paula (compiladora). *Construcciones impresas: panfletos, diarios y revistas en la formación de los Estados nacionales en América Latina, 1820-1920*. Buenos Aires: Fondo de Cultura Económica, 2004.

BARRETO, Abeillard. *Primórdios da imprensa no Rio Grande do Sul*. Porto Alegre: Comissão Executiva do Sesquicentenário da Revolução Farroupilha. Subcomissão de Publicações e Concursos, 1986.

BITTENCOURT, Feijó. *Instituto Histórico: os fundadores*. Rio de Janeiro: Imprensa Nacional, 1938.

CARVALHO, José Murilo de. As conferências radicais do Rio de Janeiro: novo espaço de debate. In: CARVALHO, J.M. (org.). *Nação e cidadania no Império: novos horizontes*. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 2007.

CHIARAMONTE, José Carlos. *Ciudades, provincias, Estados: Orígenes de la nación Argentina (1800-1846)*. Buenos Aires: Espasa Calpe, 1997.

FLEIUSS, Max. *História administrativa do Brasil*. 2ª Ed. São Paulo: Melhoramentos, 1925.

GUERRA, François-Xavier. *Modernidad e independencias. Ensayos sobre las revoluciones hispánicas*. 3. Ed. México: FCE/MAPFRE, 2001.

GUIMARÃES, Manoel L. Salgado. Nação e Civilização nos Trópicos: o Instituto Histórico e Geográfico Brasileiro e o Projeto de uma História Nacional. In: *Estudos Históricos: caminhos da historiografia*. Rio de Janeiro, nº 1, 1988, pp. 5-27.

HABERMAS, Jürgen. *Mudança estrutural da esfera pública: investigações quanto a uma categoria da sociedade burguesa*. Rio de Janeiro: Tempo Brasileiro, 1984.

MARTINS, A. A. de Barros. *Esboço histórico do Real Gabinete Portuguez de Leitura no Rio de Janeiro – 1837 a 1912*. Rio de Janeiro: Tip. do Jornal do Comércio, 1912.

MATTOS, Ilmar Rohloff de. *O Tempo Saquarema*. 5ª Ed. São Paulo: Hucitec, 2004.

MOREL, Marco. *As transformações dos espaços públicos: imprensa, atores políticos e sociabilidades na Cidade Imperial, 1820/1840*. São Paulo: Hucitec, 2005.

PALTI, Elias. Los diarios y el sistema político mexicano en tiempos de la República Restaurada (1867-1876). In: ALONSO, P. Cit.

RAMA, Angel. *A cidade das letras*. São Paulo: Brasiliense, 1985.

SODRÉ, Nelson Werneck. *História da imprensa no Brasil*. São Paulo: Martins Fontes, 1983.

TABORDA, Humberto. *História do Real Gabinete Português de Leitura do Rio de Janeiro (primeiro centenário) 1837-1937*. Rio de Janeiro: s/e, 1940.

